

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU - MG

Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220 – Centro – Paraguaçu – MG – CEP 37.120-000

Telefones: (35) 3267-1155 – (35) 3267-1888 – www.paraguacu.mg.gov.br

CNPJ Nº 18.008.193/0001-92

MENSAGEM AO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,

Apresentamos à apreciação desta ilustre Casa de Leis o presente Projeto de Lei, que tem o propósito de ratificar o protocolo de intenções e termo aditivo do CIDERSU.

Os Consórcios Públicos Intermunicipais passaram a se constituir a partir dos anos 90 como um importante instrumento de política pública para o desenvolvimento econômico e melhorias no sistema de saúde, saneamento, meio ambiente, entre outros.

Tais objetivos implicam em crescente pressão de recursos financeiros para os entes federados, sobretudo para o ente municipal que teve que assumir a partir da Nova Constituição de 1988 uma série de compromissos que antes eram financiados fundamentalmente pelo governo central.

Esse movimento ficou caracterizado como sendo de “transferências de competências”, que acompanhado de uma transferência de receitas em proporção inferior às novas obrigações assumidas e a uma rígida política financeira capitaneada pela chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigou a que os entes municipais buscassem novas formas de financiamento. Uma dessas formas se constitui nos consórcios públicos.

Nesse quadro surgem os Consórcios Públicos Intermunicipais como forma de prover localmente e regionalmente bens e serviços públicos de forma ágil e desburocratizada.

A principal vantagem que o consorciamento pode oferecer aos entes municipais reside na obtenção de escalas tanto no que tange a recursos financeiros como de material, sem a qual cada município isoladamente não teria como atingir.

RECEBIDO EM: DATA - 23/08/2022 - HORA - 5:05:00 PM RECEBIDO POR: TATIANE	Protocolo Nº 541/2022 Origem: EXECUTIVO Entregue por: TATIANE Discriminação: PROJETO DE LEI Nº 012/2022
---	--

el
Governador do Município
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU - MG

Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220 – Centro – Paraguaçu – MG – CEP 37.120-000

Telefones: (35) 3267-1155 – (35) 3267-1888 – www.paraguacu.mg.gov.br

CNPJ Nº 18.008.193/0001-92

Diante desse contexto, para atendimento ao Ministério da Agricultura e Pecuária, sendo o CIDERSU composto por 16(dezesseis) municípios da região e dentre eles 10(dez) municípios dispõem de Lei do Serviço de Inspeção- S.I.M. , foi verificado que a Lei Municipal nº 2.253, de 11 de setembro de 2014 que autoriza o município de Paraguaçu a participar do Consórcio CIDERSU não teve em seu texto a menção de ratificação do Protocolo de Intenções e nem houve Lei específica para a referida Ratificação.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e ilustres Vereadores os meus protestos de apreço e distinta consideração.

Paraguaçu-MG, 19 de agosto de 2022.

Gabriel Pereira de Moraes Filho

Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU - MG

Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220 – Centro – Paraguaçu – MG – CEP 37.120-000

Telefones: (35) 3267-1155 – (35) 3267-1888 – www.paraguacu.mg.gov.br

CNPJ Nº 18.008.193/0001-92

PROJETO DE LEI Nº 42 DE 2022.

“Ratifica o Protocolo de Intenções e termo aditivo do Consórcio Intermunicipal pra o Desenvolvimento Regional Sustentável – CIDERSU”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAGUAÇU, ESTADO DE MINAS GERAIS, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado, sem reservas, o Protocolo de Intenções e termo aditivo do Consórcio Intermunicipal pra o Desenvolvimento Regional Sustentável – CIDERSU, nos termos dos artigos 5º e 6º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e dos artigos 6º e 7º do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 2º O Protocolo de Intenções e o termo aditivo do Consórcio Intermunicipal pra o Desenvolvimento Regional Sustentável – CIDERSU, em anexo, é parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraguaçu-MG, 19 de agosto de 2022.


Gabriel Pereira de Moraes Filho

Prefeito Municipal



CIDERSU

Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sustentável

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.587/0001-34

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL – CIDERSU, OS MUNICÍPIOS DE
CARVALHÓPOLIS, MACHADO, ELÓI MENDES, PARAGUAÇU, SÃO
JOÃO DA MATA, SILVIANÓPOLIS, SERRANIA, ALTEROSA,
CAMPANHA, CORDISLÂNDIA, POÇO FUNDO, SÃO GONÇALO DO
SAPUCAL, FAMA, MONSENHOR PAULO, ALFENAS E TRÊS PONTAS.**

Os Municípios do Sul de Minas Gerais representados por seus prefeitos Municipais, com base nas leis municipais apresentadas pelos municípios consorciados em Assembléias realizadas pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional Sustentável – CIDERSU resolvem formalizar o presente TERMO ADITIVO ao Protocolo de Intenções visando atualizar a sua constituição celebram o presente TERMO ADITIVO, mediante cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto alterar os municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional Sustentável – CIDERSU.

Municípios que integram o Consórcio e a este Protocolo de Intenções:

I – **Município de Carvalhópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.242.800/0001-84, com sua sede à Rua João Norberto de Lima nº 222, centro, CEP 37.760-000;

II – **Município de Machado**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 18.242.784/0001-20, com sede administrativa na Praça Olegário Maciel, 25, centro, Machado, MG, CEP: 37.750-000;

III – **Município de Paraguaçu**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 18.008.193/0001-92 com sede administrativa na Rua Edward Eustáquio de Andrade, 220, centro, CEP 37120-000, Paraguaçu – MG;

IV - **Município de Elói Mendes**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 20.347.225/0001-26, Rua Cel. Antônio P. Mendes, nº. 225, Centro, CEP 37.110-000 Elói Mendes – MG;

V – **Município de São João da Mata**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ: 17.935.206/0001-06, Rua Maria José de Paiva – 546, centro, CEP: 37.568-000, São João da Mata – MG;



CIDERSU

Conselho Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sustentável

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2009
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

VI – Município de Silvianópolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 18.675.942/0001-35, com sede administrativa na Avenida Dr. José Magalhães Carneiro, nº. 33, centro, CEP: 37560-000, Silvianópolis-MG;

VII - Município de Serrania, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 18.243.261/0001-06, com sede administrativa na Rua Farmacêutico João de Paula, 210, centro, CEP 37.143-000, Serrania – MG;

VIII - Município de Alterosa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.243.238/0001-03, com sua sede à Praça Getúlio Vargas, nº 310, centro, CEP 37.145-000 – Alterosa-MG.

IX – Município de Poço Fundo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.242.792/0001-76, com sede na Avenida Tancredo Neves, 3000, centro, CEP 37. 757-000- Poço Fundo – MG;

X – Município de Campanha, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 18.712.174/0001-42, com sede na Rua Dr. Brandão, nº 59, centro, CEP 37.400-000- Campanha-MG

XI – Município de Cordislândia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.712.166/0001-04 com sede na Praça Sagrado Coração de Jesus, S/Nº, centro, CEP 37.498-000- Cordislândia – MG;

XII – Município de Fama, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.243.253/0001-51 com sede na Praça Getúlio Vargas, 01, centro, CEP 37.138-000 - Fama - MG;

XIII – Município de Monsenhor Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 22.541.874/0001-99 com sede na Rua José Américo, 525, centro, CEP 37405-000- Monsenhor Paulo - MG;

XIV – Município de São Gonçalo do Sapucaí, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.712.158/0001-50, com sede administrativa no Paço Municipal Augusto Aires de Lima Brandão, Avenida Tiradentes, 526- Bairro Inconfidentes, CEP 37.490-000, São Gonçalo do Sapucaí – MG;

XV – Município de Alfenas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 18.243.220/0001-01, com sede na Praça Fausto Monteiro, n.º 347, centro, CEP 37130-000, Alfenas – MG;

XVI – Município de Três Pontas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 18.245.167/0001-88, com sede na Rua Pref. José de Brito, nº 82, Centro, CEP 37.190-000 - Três Pontas – MG.

**CIDERSU**Consortio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional SustentávelRua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34**CLÁUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO ANEXO I**

A lista constante no anexo I do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional Sustentável – CIDERSU passa a dispor com as alterações previstas no referido anexo a seguir:

ANEXO I – QUADRO DE SERVIDORES**EMPREGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO VINCULADOS A
CONCURSO PÚBLICO**

DENOMINAÇÃO	Nº VAGAS	RECRUTAMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL ESCOLARIDADE	VENCIMENTO MENSAL
Auxiliar de Administração	01	Concurso	40 h	Médio	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU
Auxiliar de Serv. Gerais	01	Concurso	40 h	Fundamental	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU
Contador	01	Concurso	16 h	Superior em Ciências Contábeis e Registro no CRC	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU
Médico Veterinário	02	Concurso	40 h	Superior em Medicina Veterinária e Registro na classe	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU
Auxiliar de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de	01	Concurso	40 h	Técnico em Veterinária	Conforme Plano e Estatuto dos

**CIDERSU**Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional SustentávelRua Alfredo Pereira da Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 93723-13436 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

Origem Animal					Servidores do CIDERSU
Demais Servidores	Quantidade e prevista no Plano de Carreira do CIDERSU	Concurso	40 h	Conforme Plano de Carreira do CIDERSU	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU

CARGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

DENOMINAÇÃO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL	NÍVEL ESCOLARIDADE
Diretor Executivo	01	40 h	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU	Superior Completo
Advogado	01	08 h	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU	Superior Completo com Formação em Direito e inscrição na OAB
Coordenador de Programa	03	40h	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERSU	Superior Completo

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DENOMINAÇÃO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Auxiliar de Administração	Nível: Ensino Médio completo, conhecimento básico de informática	Atua nas diversas atividades inerentes a área administrativa do Consórcio, desempenhando as seguintes atividades relacionadas às competências da unidade onde estiver lotado. Serviços de

[Handwritten signatures and marks]



CIDERSU

Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sustentável

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

escriturário e auxílio as atividades desenvolvidas pelo Consórcio, zelando pela fiel e oportuna consecução das finalidades do setor. Auxiliar na elaboração atas, ofícios, atendimentos à população. Auxiliar no cumprimento das exigências fiscais relativas às questões funcionais. Quando necessário, auxiliar na montagem e organização, bem como controle dos processos de licitação, incluindo os de dispensa e inexigibilidade licitatória. Auxiliar na manutenção de cadastro atualizado dos fornecedores e prestadores de serviços ao Consórcio, bem como manter contato. Auxiliar na realização de pesquisa de preços para elaboração de orçamentos visando a aquisição direta ou para consulta de preços praticados no mercado local. Auxiliar na manutenção de arquivo de todos os processos e contratos realizados pelo Consórcio. Auxiliar na recepção de visitantes, executar ligações telefônicas, bem como prestar todo auxílio, mesmo que fora da jornada, em reuniões e assembleias realizadas. Auxiliar no envio de arquivos oriundos de pessoas dentro do Consórcio. Executar serviços de atendimento telefônico na recepção. Exercer as demais atividades compatíveis com as atribuições do cargo. Auxiliar de contabilidade e finanças. Publicar informações no site do Consórcio. Arquivo de leis, normas, portarias e resoluções. Correspondência de

Dr

ce



CIDERSU

Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sustentável

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

		atos oficiais e de atos administrativos. Executar os trabalhos de informática incluindo digitação sempre que solicitado; realizar atividades bancárias quando solicitados pelo seu superior; desempenhar as atividades correlatas vinculadas à descrição da ocupação.
Auxiliar de Serv. Gerais	Nível: Ensino fundamental completo	Executar serviços de limpeza e manutenção das áreas internas e externas do consórcio. Preparação de cafés, lanches aos servidores do consórcio e quando da realização de Assembléias; Responsabilizar pela abertura e o fechamento da sede do consórcio; Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente; desempenhar as atividades correlatas à descrição da ocupação.
Contador	Nível: Curso superior em Ciências Contábeis e inscrição no Conselho da Classe	Realizar atividades inerentes à contabilidade pública do consórcio; Para tanto, regularizar a empresa, identificar documentos e informações, atender à fiscalização e proceder consultoria; Executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade de custos e efetuar contabilidade gerencial; Disponibilizar relatórios aos consorciados; Administrar o Departamento Pessoal com geração de documentos como: holerites, GPS e DARF; realizar controle patrimonial; Desempenhar as atividades correlatas vinculadas à descrição da ocupação.

lh

le



CIDERSU

Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sudoeste

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

<p>Médico Veterinário</p>	<p>Nível: Curso superior em Medicina Veterinária e inscrição no Conselho da Classe</p>	<p>Assessorar o Consórcio em tudo que for possível para implantação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) nos municípios consorciados, realizando visitas, palestras e criando políticas públicas, educativas e elucidativas. Agir de acordo com normas da ANVISA, instruções normativas, Leis (Federais, Estaduais e Municipais), pertinentes à matéria e, principalmente, ligadas ao SIM. Analisar relatório técnico de produtos de uso veterinário, vinculados ao SIM, bem como inspecioná-los. Fiscalizar as condições higiênicas, sanitárias e tecnológicas, de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte de produtos de origem animal e seus derivados, conforme normas brasileiras do Ministério da Agricultura e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. Trabalhar segundo normas técnicas em segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Promover a fiscalização e as análises pertinentes e ligadas ao Serviço de Inspeção Municipal, respeitando o que prevê a Lei Federal 7.889/89. Atuar, assessorar o Consórcio e os municípios consorciados, a realizar toda e qualquer tipo de atividade para aprovação e elaboração de projetos de lei junto às Câmaras municipais. Assessorar e ajudar na</p>
---------------------------	--	---

Handwritten mark

~~*Handwritten signature*~~

Handwritten signature

Handwritten initials



CIDERSU

Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sustentável

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2089
CNPJ Nº 21.468.597/0001-34

		<p>couber; V) registro das reuniões técnicas realizadas contemplando os principais temas abordados na reunião; VI) mapas; VII) cadastro dos estabelecimentos, rótulos e projetos aprovados, dados de abate e de produção de cada estabelecimento integrante do Serviço.</p> <p>Elaborar e desenvolver modelos de planilhas para cadastro dos produtores rurais, suas propriedades, equipamentos e bens semoventes, nos diferentes programas relacionados à Medicina Veterinária. Elaborar, desenvolver e participar na promoção de eventos, material didático e técnico, ministrando cursos e palestras com a finalidade de informar o munícipe sobre as medidas de controle sanitário/epidemiológico/ambiental, bem como representação de órgão públicos e entidades privadas, junto aos mesmos. Executar outras atividades correlatas, a critério do superior imediato; Realizar visitas periódicas nos municípios; realizar cadastros de produtores junto aos órgãos governamentais.</p>
Auxiliar de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	Nível: Ensino médio com formação em Técnico Veterinário	Fiscalização e inspeção sanitária e industrial, classificação e controle dos produtos e subprodutos de origem animal, insumos e serviços pecuários; Auxiliar na Inspeção ante mortem e post mortem dos animais de abate; Participar de supervisões e de auditorias técnico

[Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page]

**CIDERSU**Conselho Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional SustentávelRua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

		<p>fiscais, observadas às atribuições relacionadas ao cargo, nos estabelecimentos que beneficiam, produzem, industrializam, armazenam ou comercializam produtos de origem animal; Coletar amostras de produtos e subprodutos de origem vegetal, insumos, do seu preparo, do acondicionamento e da remessa; Fiscalizar e avaliar por completo carcaça bovina e órgãos internos, retirando possíveis contaminações e liberando-as para comercialização; Fiscalizar e verificar o controle de trânsito de produtos de origem animal; Executar outras atividades afins à sua área de atuação, a partir das necessidades e demandas e de conformidade com as normas do SIF. Colaborar com os técnicos dos municípios consorciados quando solicitado pelo seu superior.</p>
--	--	---

SERVIDOR EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

DENOMINAÇÃO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
DIRETOR EXECUTIVO	Curso Superior	Assessorar os executivos no desempenho de suas funções, gerenciar informações, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos; coordenar e controlar equipes e atividades; controlar documentos e correspondências; desempenhar as atribuições constantes do Contrato de Consórcio e do Estatuto, inclusive aquelas

[Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page]



CIDERSU

Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sustentável

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

		delegadas pelo Presidente; Exercer a gerência dos serviços administrativos, das operações financeiras e dos riscos da instituição, cuidar da administração dos recursos humanos, materiais e de serviços de sua área de competência. Planejar, dirigir e controlar recursos e as atividades da organização, com o objetivo de minimizar o impacto financeiro da materialização dos riscos, ordenar despesas por delegação do presidente, avaliar a atuação dos seus subordinados.
ADVOGADO	Curso Superior Completo em Direito e regular inscrição na OAB	Realizar defesa judicial e administrativa do Consórcio, promover execuções, emitir pareceres sobre os assuntos que lhes são consultados, comunicar ilegalidades de que tenha conhecimento de ofício ao Presidente ao Diretor Executivo, atuar nas licitações de interesse do consórcio e compartilhadas, atendimento presencial nos horários de trabalho e outras atribuições previstas no Estatuto ou Planos, elaborar legislações do consórcio, participar das Assembleias quando solicitado pelos seus superiores.
COORDENADOR DE PROGRAMA	Curso Superior Completo	I - Manter os membros da equipe organizados e focados no projeto e nos objetivos; II- Coordenar os processos e detalhes de como uma equipe alcança uma meta;



		<p>III- Planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas e burocráticas dentro de uma instituição;</p> <p>IV- Avaliar orçamentos, negociar com fornecedores e organizar toda a logística para o desempenho dos projetos estudados e elaborados por ele para melhor atendimento aos municípios consorciados;</p> <p>V- Realizar reuniões periódicas com seus supervisores, e com seus subordinados;</p> <p>VI - Apresentar relatórios de cumprimento de metas do programa; realizar visitaçao in loco nos municípios consorciados;</p> <p>VII- Participar de Assembléias quando convocado pelo seu superior;</p> <p>VIII_ Apresentar anualmente a provisao orçamentária de custos do programa;</p> <p>IX- Representar a Instituição quando convocado para demonstração do programa;</p> <p>X - Cumprir as determinações dadas pelos seus superiores;</p> <p>XI - Realizar o controle das atividades a serem desenvolvidas pelos seus subordinados;</p> <p>XI - Controlar a frequência dos servidores lotados no Programa.</p>
--	--	--



		realizando o controle de férias; XII – Expedir e assinar documentos relacionados ao Programa.
--	--	--

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Permancem inalteradas as Cláusulas e condições não midificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente instrumento, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, as quais foram lidas e assinadas pelos Partícipes.

Carvalhópolis, 08 de março de 2022.

Luiz Gonzaga Ribeiro Neto
 Presidente do CIDERSU

Luiz Gonzaga Ribeiro Neto

Município de Serrania

José Antônio de Carvalho

Município de Carvalhópolis

Homero Brasil Filho

Município de Silvianópolis

Maycon Willian da Silva

Município de Machado

Marcelo Nunes de Souza

Município de Alterosa

Letícia Aparecida Belato Martins






Município de Monsenhor Paulo



CIDERSU

Consórcio Intermunicipal para o
Desenvolvimento Regional Sustentável

Rua Alfredo Pereira de Macedo, 146 – Centro – Carvalhópolis – MG
CEP 37.760-000 – Telefone: (35) 99723-3438 / (35) 99938-2069
CNPJ Nº 21.466.597/0001-34

- José Odair da Silva 
Município de Cordislândia
- Gabriel Pereira Moraes Filho 
Município de Paraguaçu
- Osmair Leal dos Reis 
Município de Fama
- Brian Mendes Drago
Município de São Gonçalo do Sapucaí
- Rosiel de Lima 
Município de Poço Fundo
- Rosemiro de Paiva Muniz
Município de São João da Mata
- Paulo Roberto Belato de Carvalho
Município de Elói Mendes
- Lázaro Roberto da Silva
Município da Campanha
- Luiz Antônio da Silva
Município de Alfenas
- Marcelo Chaves Garcia 
Município de Três Pontas

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

OS MUNICÍPIOS DE CARVALHÓPOLIS, MACHADO, ELÓI MENDES, PARAGUAÇU, SÃO JOÃO DA MATA, SILVIANÓPOLIS, POÇO FUNDO, FAMA, SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ, SERRANIA, CORDISLÂNDIA, MONSENHOR PAULO, ALTEROSA E CAMPANHA.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES



Os Municípios do Sul de Minas Gerais representados por seus prefeitos Municipais, reunidos em Assembleia Geral, resolveram formalizar o presente Protocolo de Intenções visando constituir Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário para o desenvolvimento sustentável com personalidade de direito público, sob a forma de associação pública para a consecução de objetivos delineados neste instrumento, com observância da Lei 11.107/2005 regulamentada pelo Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007 e demais normativos pertinentes, com a finalidade de realizar a gestão associada de serviços públicos de infraestrutura, saneamento básico, resíduos sólidos e a promoção ao desenvolvimento econômico sustentável da região do Sul de Minas.

Integram-se a este Protocolo de Intenções:

- I – Município de Carvalhópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.242.800/0001-84, com sua sede à Rua João Norberto de Lima nº 222, centro, CEP 37.760-000, representado por seu Prefeito Municipal senhor José Antônio de Carvalho;
- II – Município de Machado**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 18.242.784/0001-20, com sede administrativa na Praça Olegário Muniz, 25, centro, Machado, MG, CEP: 37.750-000, representado por seu Prefeito Municipal senhor Julbert Forti de Mota;
- III – Município de Paraguaçu**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 18.008.193/0001-92 com sede administrativa na Rua Edward Eustáquio de

- Andrade, 220, centro, CEP 37120-000, Paraguaçu – MG, representado por seu Prefeito Municipal senhor José Tiburcio do Prado Neto;
- IV - Município de Elói Mendes, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 20.347.225/0001-26, Rua Cel. Antônio P. Mendes, nº. 275, Centro, CEP 37.210-000 Elói Mendes – MG, representado por seu Prefeito Municipal senhor William Cadorini;
- V - Município de São João da Mata, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ: 17.935.206/0001-06, Rua Maria José de Paiva – 546, centro, CEP: 37.568-000, São João da Mata – MG, representado por sua Prefeita Municipal senhora Denize Vilhena Borges Silva;
- VI – Município de Silvianópolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 18.675.942/0001-35, com sede administrativa na Avenida Dr. José Magalhães Carneiro, nº. 33, centro, CEP: 37560-000, Silvianópolis-MG, por seu Prefeito Municipal senhor Vitor Nery de Mourais;
- VII – Poço Fundo, CNPJ nº 18.342.792/0001-76, com sede administrativa na Praça Tancredo Neves, 3006, centro, CEP 37.757-000, Poço Fundo-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Renato Ferraz de Oliveira;
- VIII - Serrania, CNPJ nº 18.243.261/0001-06, com sede na Rua Farmacêutico João de Paula, 210, centro, CEP 37.138-000, Serrania-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Luiz Gonzagu Ribeiro Neto;
- IX – Cordislândia, CNPJ nº 18.712.166/0001-04, com sede administrativa na Praça Sagrado Coração de Jesus, nº 12, centro, CEP 37.498-000, Cordislândia – MG, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Marlene Monteiro de Oliveira Porchia.
- X - Alterosa, CNPJ 18.243.238/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Homens de Souza Silva, com sede administrativa na Praça Getúlio Vargas, 310, Alterosa, MG, CEP 37145-000;
- XI - São Gonçalo do Sapucaí, CNPJ nº 18.712.580/0001-50, com sede administrativa na Praça Alberto Rocha, nº 100, centro, CEP 37.490-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Edivaldo Allan;
- XII – Fama, CNPJ nº 18.243.253/0001-51, com sede administrativa na Praça Getúlio Vargas, 01, centro, CEP 37.138-000, Fama-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Osmair Luiz dos Reis;

09



XIII – **Monsenhor Paulo**, CNPJ nº 22.541.874/0001-99, com sede administrativa na Praça Coronel Flávio, nº 264, centro, CEP 37.405-000, Monsenhor Paulo - MG, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Luciana Aparecida Belato Martins;

XIV – **Campanha**, CNPJ nº 18.712.174/0001-42, com sede administrativa na Rua Dr. Brunião, nº 59, centro, CEP 37.400-000, Campanha - MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Luiz Fernando Teixeira.

CLÁUSULA 1ª. Após pelo menos duas leis autorizativas a subscrição do Contrato de Consórcio Público representará ato constitutivo do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional Sustentável- CIDERSU, nos termos do §4º do art. 5º da Lei Federal 11.107/2005.

§1º Somente será considerado consórcio o Município subscritor do contrato de consórcio público autorizado por meio de lei.

§2º Será automaticamente admitido no Consórcio o Município subscritor que a Câmara autorizar seu consorciamento.

§3º A autorização legislativa realizada após os dois anos mencionados no §2º desta Cláusula somente será válida após a homologação da Assembleia Geral do Consórcio.

§4º O Intero da Federação não designado no contrato de consórcio somente poderá integrar o Consórcio mediante alteração no contrato, aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio e autorizada, mediante lei, pelo próprio Município que ingressar e por todos os Municípios já consorciados.

§5º O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Regional Sustentável poderá ser designado pela sigla CIDERSU.

CAPÍTULO II DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CLÁUSULA 2ª. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, ou simplesmente CIDERSU, é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, de natureza autárquica interfederativa e integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.


D. M. Gomes

- e) Habitação e interesse social;
- f) Infraestrutura urbana e rural;
- g) Fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano e rural;
- h) Motomecanização;
- i) Iluminação Pública;
- j) Educação;
- k) Cultura e turismo;
- m) Inspeção de produtos de origem animal.



II- Atividades na área de iluminação pública englobando:

- a) Elaboração de planos e projetos de iluminação pública municipal para implantação do serviço, expansão de atendimento, inovação do sistema e outros correlatos desde que devidamente fundamentada o anexo ou correlação;
- b) Administração e/ou execução de planos, projetos e atividades de implantação, expansão, inovação, operação e manutenção de instalações do serviço municipal de iluminação pública;
- c) Promoção e execução de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia elétrica, administração de banco de dados, desenvolvimento de sistemas de informações e geoprocessamento e outros relacionados à administração do serviço de iluminação pública municipal;
- d) Planejamento, organização, direção, controle e prestação de serviços de iluminação pública;
- e) Promoção e organização para discussão, debate e difusão de conhecimentos sobre políticas públicas locais municipais e regionais envolvendo a Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP;
- f) Realização e produção de pesquisa e desenvolvimento de informações e de estudos técnico-administrativos em matéria de iluminação pública e outras diretamente relacionadas;
- g) Apoio, fomento e desenvolvimento de intercâmbio de experiências e de informações sobre iluminação pública entre os entes consorciados;

III - realizar licitação própria ou compartilhada para objetos pertinentes e cujo edital preveja contratos a serem celebrados pelo CIDERSU ou pela administração direta ou indireta dos municípios consorciados, nos termos do §1º do art.112 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 6ª O Consórcio será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade deverão atender a todas as cláusulas desse protocolo de intenção.

Parágrafo Único. Os estatutos poderão dispor sobre exercício de poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e etc. os temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS

CLÁUSULA 7ª O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

- I – Assembleia Geral;
- II – Presidência;
- III – Vice-presidência;
- IV – Diretor Executivo; e,
- V – Conselho Fiscal;

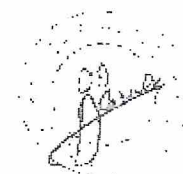
§ 1º Os estatutos do Consórcio poderão criar outros órgãos permanentes e a Secretaria Executiva poderá instituir órgãos singulares ou colegiados, de natureza transitória.

§ 2º Os estatutos do Consórcio definirão a estrutura dos órgãos referidos no caput, desta cláusula, bem como, neste momento estatuto, ou no regulamento de pessoal serão definidas a correlação e a hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos servidores do Consórcio.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

CLÁUSULA 8ª. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio é órgão colegiado composto pelos Prefeitos de cada um dos Municípios Consorciados.

TITULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO



CAPITULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 6ª O Consórcio será organizado por estatuto cujas disposições, sob pena de nulidade deverão atender a todas as cláusulas desse protocolo de intenção.

Parágrafo Único. Os estatutos poderão dispor sobre exercício de poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do Consórcio.

CAPITULO II
DEUS ÓRGÃOS

CLÁUSULA 7ª O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

- I – Assembleia Geral;
- II – Presidência;
- III – Vice-presidência;
- IV – Diretor Executivo; e,
- V – Conselho Fiscal;

§ 1º Os estatutos do Consórcio poderão criar outros órgãos permanentes e a Secretaria Executiva poderá instituir órgãos singulares ou colegiados, de natureza transitória.

§ 2º Os estatutos do Consórcio definirão a estrutura dos órgãos referidos no caput, desta cláusula, bem como, neste momento estatuto, ou no regulamento do pessoal serão definidas a correlação e a hierarquia mantidas em relação a esses órgãos pelos servidores do Consórcio.

CAPITULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

CLÁUSULA 8ª. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio é órgão colegiado composto pelos Prefeitos de cada um dos Municípios Consorciados.



Parágrafo Único. Ninguém poderá representar dois Municípios consorciados na mesma Assembleia Geral.

CLÁUSULA 9ª. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano, nos períodos designados no estatuto, e extraordinariamente sempre que convocada.

Parágrafo Único. A forma de convocação da Assembleia Geral será definida no estatuto.

CLÁUSULA 10ª. Cada consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

§1º O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que há aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou ente consorciado.

§2º O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e a decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas na hipótese de empate na respectiva votação.

CLÁUSULA 11ª. O estatuto deliberará sobre o número de presenças necessárias para a instalação de Assembleia, sendo que as deliberações serão adotadas pela maioria simples, ressalva as hipóteses de quórum qualificado constantes deste instrumento e do estatuto do Consórcio.

CLÁUSULA 12ª. Compete a Assembleia Geral:

- I - Homologar o ingresso no Consórcio de ente ou federativo que tenha lei autorizativa aprovada após dois anos de sua subscrição;
- II - Aplicar a pena de exclusão do quadro de consorciados;
- III - Aprovar o estatuto e suas alterações;
- IV - Eleger ou destituir o presidente, pelo mandato de 02 (dois) anos prorrogada a reeleição para um único período subsequente;
- V - Estipular ou recusar a nomeação ou destituir Diretor Financeiro e Diretor Administrativo e Operacional Secretário Executivo;
- VI - Aprovar:
 - a) O plano plurianual de investimento do CIDRRS1;
 - b) O orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais inclusive a provisão e aportes a serem cobertos por recursos advindos do contrato de rateio e/ou contrato de programa;
 - c) A realização de operação de crédito;
 - d) A fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do consórcio;
 - e) Alienação e gravação de bens do consórcio;



f) Aceitar a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao consórcio, quando com ônus ao consórcio.

VII - Aprovar planos e regulamentos;

VIII - Apreciar e sugerir medidas sobre:

a) A melhoria dos serviços prestados pelo consórcio;

b) O aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos e entidades e empresas privadas;

§1º Somente será aceita a cessão dos servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão da maioria simples dos Municípios membros da CIDERNU, proferida em Assembleia Geral regularmente convocada.

§2º As competências envolvidas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

§3º Toda decisão não obtida em convocação da Assembleia Geral por falta de quórum será tomada em segunda convocação com qualquer número de participantes, se adequada à legislação pertinente.

CLÁUSULA 13ª O presidente e o vice-presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentada candidatura até os primeiros trinta minutos.

§1º Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder executivo de ente consorciado.

§2º O presidente será eleito mediante voto público e nominal dos representantes dos consorciados, sejam Prefeitos Municipais, sejam representantes legalmente designados.

§3º Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número dos votos válidos, não podendo ocorrer a eleição sem a presença de pelo menos a maioria de 50% (cinquenta por cento) mais (um) dos Municípios consorciados.

§4º Em ano de eleição municipal, em que ocorra coincidência com a eleição do novo Presidente do Consórcio, serão aplicáveis as seguintes disposições:

I - Terão direito de candidatar-se e de votar somente os prefeitos eleitos dos Municípios consorciados e que tenham sido diplomados pela Justiça Eleitoral;

II - A eleição para Presidente do Consórcio somente poderá ocorrer em data posterior à data limite de diplomação dos eleitos, estabelecida pelo calendário expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§5º A eleição deverá ocorrer no prazo máximo de 90 dias que antecedem ao final do mandato e o Presidente e Vice-Presidente poderão ser reeleitos por somente mais um mandato consecutivo.

CLÁUSULA 14ª. Proclamado eleito o Presidente, a ele será dada a palavra para que manifeste sobre a permanência do atual Diretor Executivo.

§1º Ocorrendo a hipótese de o Presidente eleito manifestar intenção de substituição do Diretor Executivo será observado o seguinte rito:

I - Indicação do nome proposto para ocupar a Diretoria, com justificativa verbal do Presidente Eleito quanto à sua escolha;

II - A indicação do novo Diretor Executivo somente deixará de ser ratificada pela Assembleia Geral mediante a rejeição de maioria simples de 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) voto dos Municípios consorciados, observado o quórum e o procedimento disposto no §3º da cláusula 13ª para votação da indicação.

III- Caso haja recusa do indicado deverá haver nova indicação por parte do Presidente eleito até que o novo nome seja aprovado.

§2º O Diretor Executivo deverá necessariamente, possuir curso superior e, preferencialmente, com experiência em administração pública ou área de administração.

CLÁUSULA 15ª. Por Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou o Diretor Executivo, devendo haver clara indicação do motivo mediante apresentação de moção de censura e aprovação de quórum qualificado de 2/3 (dois terços) dos Municípios consorciados.

§1º Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio ou do Diretor Executivo, estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente ou indicação do novo Diretor Executivo, conforme o caso, para completar o período remanescente de mandato, tudo sob a direção do Vice-presidente, tanto na convocação como no comando dos trabalhos até a posse do nome eleito.

§2º Na hipótese de não se viabilizar a eleição do novo Presidente, o vice-presidente exercerá as funções do presidente até a próxima Assembleia Geral, a se realizar no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis.

§3º Rejeitada a moção de censura, nenhuma outra poderá ser aprovada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes.

CLÁUSULA 16ª. As atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - Por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicado o nome do representante e o horário de seu comparecimento.

II - De forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral.



Handwritten signature and circular stamp of the Consórcio Inter-municipal de São José do Rio Preto. The stamp contains the text 'CONSORCIO INTER-MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO' and the date '30/01/2017'. The signature is written over the stamp.

III - A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia bem como a proclamação de resultados.

§1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final de votação.

§2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações oferecidas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pelo modo mais um, dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra sigilo.

§3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aqueles que lavraram, por quem presidiu e pelos outros convocados com direito a voto na Assembleia Geral.

CLÁUSULA 17ª. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada em local próprio na sede do CIBERSU e, ainda, encaminhada uma cópia para este consorciado para que também seja publicada em local próprio nas sedes dos Municípios.

CLÁUSULA 18ª. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia da ata será fornecida para qualquer cidadão, independentemente da demonstração de interesse.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 19ª. A Diretoria Executiva será exercida pelo Diretor Executivo cabendo ao estatuto dispor a respeito da nomeação e procedimentos para a sua posse e exercício.

CLÁUSULA 20ª. O Diretor Executivo quando realizar viagens no interesse do Consórcio fará jus ao recebimento de diárias, cujo valor será fixado em ato da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 21ª. Além do previsto no estatuto compete à Diretoria Executiva:

I - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, inclusive aquelas de representação junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, podendo firmar requerimentos, solicitações e quaisquer documentos em nome do Consórcio;

II- Julgar, mediante delegação da Presidência, recursos relativos a:

- a) Homologação de inscrição e de resultado de concursos públicos;
- b) De impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à habilitação, desclassificação, adjudicação e homologação de seu objeto;

III - A íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia bem como a proclamação de resultados.

§1º No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final de votação.

§2º Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela maioria mais um, dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra sigilo.

§3º A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aqueles que lavrou, por quem presidiu e pelos outros consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

CLÁUSULA 17ª. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada em local próprio na sede do CIDERSTU e, ainda, encaminhada uma cópia para este consorciado para que também seja publicada em local próprio nas sedes dos Municípios.

CLÁUSULA 18ª. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia da ata será fornecida para qualquer cidadão, independentemente da demonstração de interesse.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 19ª. A Diretoria Executiva será exercida pelo Diretor Executivo cabendo ao estatuto dispor a respeito da nomeação e procedimentos para a sua posse e exercício.

CLÁUSULA 20ª. O Diretor Executivo quando realizar viagens no interesse do Consórcio fará jus ao recebimento de diárias, cujo valor será fixado em ato da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 21ª. Além do previsto no estatuto compete à Diretoria Executiva:

I - Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, incluindo aquelas de representação junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, podendo firmar requerimentos, solicitações e quaisquer documentos em nome do Consórcio;

II- Julgar, mediante delegação da Presidência, recursos relativos a:

a) Homologação de inscrição e de resultado de concursos públicos;

b) De impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, adjudicação e homologação de seu objeto;

especialmente de adequação financeira imediata, ou cuja demonstrado que não haverá prejuízo ao Consórcio, a pedido do servidor público.

CLÁUSULA 28ª. O quadro de pessoal do Consórcio é composto dos servidores públicos descritos nos Anexos deste instrumento.

Parágrafo Único. A remuneração dos servidores públicos é definida em Plano de Cargos próprio, permitida a Diretoria Executiva, atendido o orçamento anual, a concessão do reajuste e a revisão anual de remuneração.

CLÁUSULA 29ª. Os servidores do Consórcio somente ingressarão na carreira mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto nas hipóteses de cargo público em comissão, de livre nomeação e exoneração, conforme indicado no Plano de Carreira.

§1º Os editais de concurso público, após aprovados pela Diretoria Executiva, deverão ser assinados pelo Presidente do Consórcio.

§2º Por meio de ofício, cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados.

CLÁUSULA 30ª. A dispensa de servidores públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva, observado o devido processo legal.

CLÁUSULA 31ª. Os servidores do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os municípios consorciados permitindo o afastamento não remunerado, para que o servidor do consórcio exerça cargo ou emprego em Comissão nos termos da que prever o regulamento pessoal.

CLÁUSULA 32ª. Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento por meio de concurso público.

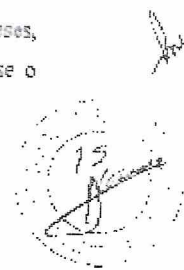
§1º As contratações temporárias serão realizadas mediante processo seletivo que deverá atender o seguinte procedimento:

I - Edital de chamamento, publicado na imprensa oficial em que se defina um candidato no mínimo três dias úteis da inscrição;

II - A seleção será realizada mediante prova, aplicados critérios objetivos circunscritos à titulação acadêmica e a experiência profissional relacionadas com a função a ser exercida no Consórcio, previamente estabelecidas no edital de chamamento;

§2º Os contratados temporários exercerão as funções do servidor público vago e perceberão a remuneração para ele prevista;

CLÁUSULA 33ª. As contratações temporárias terão prazo de até 12 (doze) meses, podendo haver renovação desde que o período total da contratação não ultrapasse o período de 24 (vinte e quatro) meses.



§2º Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, o Estatuto poderá autorizar o Presidente a representar os Municípios consorciados perante outros esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipais e/ou regionais, dentre outros assuntos.

§3º As competências previstas nesta cláusula poderão ser delegadas mediante Portaria específica expedida pela Presidência.

§4º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá *placet alius ad referendum* do presidente.

§5º O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos para exercer mandato de dois anos, permitida uma única reeleição para o mandato subsequente.

§6º Compete ao Vice-Presidente do CIDERSU:

I – Substituir e representar o Presidente em todas suas ausências e impedimentos;

II – Assumir o Presidente e exercer as funções que lhe foram delegadas;

III – Assumir interinamente a Presidência do CIDERSU, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

V – Convocar Assembleia Extraordinária em 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do CIDERSU, no caso de a vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando o eleito presidirá o Consórcio até o fim do mandato original.

§7º Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias e enquanto não realizada a eleição a Presidência e Vice-Presidência serão exercidas pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

§8º O 2º Vice-Presidente atuará nos casos de impedimento, ausência ou ausência do Presidente.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 23ª. O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizatório do Consórcio, responsável por exercer, além do disposto no Estatuto, o controle e a fiscalização mediante a avaliação da legalidade, legitimidade e economicidade de atividades patrimoniais e financeiras do CIDERSU, manifestando-se na forma de parecer.



- §1º O Conselho Fiscal é composto por 5(cinco) membros, escolhidos pela Assembleia Geral dentre os Prefeitos dos Municípios consorciados, podendo ser composto de no mínimo 3(três) membros.
- §2º O previsto nesta cláusula não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.
- §3º O Estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal;
- §4º Sem prejuízo do previsto no Estatuto do Consórcio, incumbe ao Conselho Fiscal:
- I - Fiscalizar a contabilidade do CIDERSU;
 - II - Acompanhar e fiscalizar as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor a contratação de assessores, consultorias ou auditorias externas ao Presidente e, no impedimento ou omissão deste, diretamente à Assembleia Geral;
 - III - Emitir pareceres sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, bem como sobre a eficiência, eficácia e efetividade da gestão, a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Presidente ou pelo Secretário Executivo;
 - IV - Eleger entre seus pares o Presidente do Conselho Fiscal;
 - V - Julgar, em segunda instância, recursos relativos à:
 - a) Homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
 - b) Impugnação de edital de licitação, bem como os relativos a inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
 - c) Aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.
- §5º O Conselho Fiscal por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Diretor Administrativo, Financeiro e Operacional para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas, ainda que preliminarmente, irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.
- §6º As decisões do Conselho Fiscal estarão sujeitas à homologação da Assembleia Geral.
- §7º O Conselho Fiscal decidirá por maioria simples de seus membros, considerada a 50% (cinquenta por cento) mais 1(um).

18




TÍTULO III
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I
DOS AGENTES PÚBLICOS

CLÁUSULA 24ª. Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os servidores públicos, nomeados para exercício de cargo público em comissão ou por concurso, e contratados por prazo determinado por excepcionalidade de interesse público, ou, também previstos neste Protocolo de Intenção, servidores cedidos pelas entes associadas ou conveniados, e os prestadores de serviços contratados na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único. A atividade do Presidente, Vice-Presidente, membros do Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes associados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

CLÁUSULA 25ª. Os servidores do Consórcio e os nomeados para exercer cargos de comissão serão regidos por Estatuto e Plano de Cargos próprios do CIDERSU, todos obrigatoriamente filiados ao regime Geral de Previdência Social (RGPS), excluída a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo Único. Não se admitirá aumento de despesa quando em afronta a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, seja no aspecto do limite de gastos com pessoal ou de incompatibilidade das despesas com os orçamentos públicos.

CLÁUSULA 26ª. O regulamento de pessoal da Consórcio, aprovado por Resolução da Assembleia Geral, detalhará sobre a descrição das funções, lotação e jornada de trabalho dos servidores públicos, bem como sobre o regime, observadas as determinações contidas nos Anexos deste instrumento.

CLÁUSULA 27ª. A deliberação sobre jornada de trabalho deverá se circunscrever ao período de sua prestação ordinária e extraordinária, podendo haver alterações, provisórias ou definitivas, do número de horas semanais de jornada, desde que atendidas as hipóteses de jornada e remuneração fixada no Anexo deste instrumento.

Parágrafo Único. A alteração definitiva na provisória, do número de horas da jornada de trabalho será decidida pela Diretoria Executiva, de ofício, em razão do interesse público.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature appears to be a name followed by a surname, possibly "Rafael de...".

Parágrafo Único. É nula e proibida a renovação de prazo de contratação que ultrapasse o período de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser publicado edital de concurso para provimento definitivo de cargo público.

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

CLÁUSULA 34ª. Todas as contratações do Consórcio obedecerão aos ditames da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações, do presente instrumento e das normas que o Consórcio vier a adotar.

§1º As contratações diretas, com fundamento no parágrafo único do art. 24 e art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser autorizadas pelo Diretor Executivo.

§2º Todos os editais de licitação deverão ser publicados em local próprio na sede do CIBERSU e na imprensa oficial, dispensada a publicação na imprensa oficial na hipótese de convite.

TÍTULO IV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 35ª. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito aplicáveis às entidades públicas.

§1º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento devidamente especificados mediante a celebração do Contrato de Récipio.

§2º O Consórcio, a critério da Diretoria Executiva e dos Municípios integrantes, poderá firmar contrato de Programa, a ser disciplinado em ato próprio.

CLÁUSULA 36ª. O Consórcio estará sujeito a fiscalização contábil, operacional e patrimonial, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, inclusive quanto à legalidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.



Parágrafo Único. É nula e proibida a renovação de prazo de contratação que ultrapasse o período de 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser publicado edital de concurso para provimento definitivo do cargo público.

CAPÍTULO II DOS CONTRATOS

CLÁUSULA 34ª. Todas as contratações do Consórcio obedecerão aos ditames da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações, do presente instrumento e das normas que o Consórcio vier a adotar.

§1º As contratações diretas, com fundamento no parágrafo único do art. 24 e art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser autorizadas pelo Diretor Executivo.

§2º Todos os editais de licitação deverão ser publicados em local próprio na sede do CIBERSU e na imprensa oficial, dispensada a publicação na imprensa oficial na hipótese de convite.

TÍTULO IV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 35ª. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito aplicáveis às entidades públicas.

§1º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento devidamente espurfiados mediante a celebração do Contrato de Rateio.

§2º O Consórcio, a critério da Diretoria Executiva e dos Municípios integrantes, poderão firmar contrato de Programa, a ser disciplinado em ato próprio.

CLÁUSULA 36ª. O Consórcio estará sujeito a fiscalização contábil, operacional e patrimonial, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, inclusive quanto a legalidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.



CLÁUSULA 37ª. Os entes consorciados respondem subsidiariamente e proporcionalmente à participação e tamanho de cada município, pelas obrigações do Consórcio.

CAPÍTULO II DA CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO

CLÁUSULA 38ª. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas na internet no site eletrônico mantido pelo Consórcio e nos sites dos Municípios que o integram.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os bens da Federação que foram admitidos após o Consórcio ter integrado bens a seu patrimônio, terão que também que contribuir a este patrimônio na proporção e quantias a serem definidas em instrumento específico, que poderá se dar pela doação de bens ou de serviços.

CLÁUSULA 39ª. Constituem patrimônio do Consórcio:

- I - Os bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
- II - Os bens e direitos que lhe foram doados por entidades públicas, privadas e por particulares;

§1ª A alienação, a aquisição e oneração dos bens que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à aprovação da Assembleia Geral, que a aprovará pelo voto da maioria absoluta (2/3) dos Municípios consorciados.

§2ª A alienação de bens móveis inscricíveis dependerá apenas de aprovação por maioria simples da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 40ª. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

§1ª Constituem recursos financeiros do Consórcio:

- I - As contribuições mensais dos Municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em Contrato de Rótulo, de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005;
- II - As tarifas provenientes dos serviços prestados e os preços públicos decorrentes do uso de bens do Consórcio;
- III - Os valores decorrentes da emissão de documentos de cobrança e exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, mediante autorização específica pelo ente consorciado;

A circular stamp with a signature over it. The stamp contains the number '21' and some illegible text. The signature is written in black ink.

- IV - Os valores destinados a custear as despesas de administração e planejamento;
- V - A remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos Municípios consorciados;
- VI - A remuneração advinda de contratos firmados e outros instrumentos congêneres;
- VII - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- VIII - Os saldos do exercício;
- IX - As doações e legados;
- X - O produto de alienação de seus bens livres;
- XI - O produto de operação de crédito;
- XII - As rendas eventuais inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;
- XIII - Os créditos e ações;
- XIV - O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título;
- XV - Os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajuste, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres;
- XVI - Outros rendimentos que lhe cabam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial.

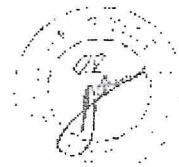
§2º Os autos consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

- I- Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Protocolo de intenção devidamente especificados;
- II- Quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste instrumento;
- III- Na forma do respectivo Contrato de Rateio.

§3º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de Contrato de rateio, inclusive oriundos de transferências, operação de crédito e outras operações, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§4º Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida, não sendo considerada como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

§5º Os contratos de rateio poderão incluir dotações que exijam o respectivo exercício financeiro, desde que tenham por objeto projetos integrantes de plano plurianual.



§6º No que se refere a gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§7º Anualmente deverá ser apresentada demonstrativos que indiquem:

a) O investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

b) A situação patrimonial, especialmente quais bens em cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§8º Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que se possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CAPÍTULO III DOS CONVÊNIOS

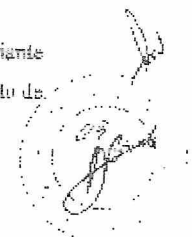
CLÁUSULA 41ª. Fica autorizado o Consórcio firmar convênios, junto a entidades governamentais ou privadas nacionais ou estrangeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Consórcio poderá participar como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados ou terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, inclusive para os fins do parágrafo único do art. 38 do decreto nº 6.917 de 17/01/2007.

CAPÍTULO IV DA AUTORIZAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

CLÁUSULA 42ª. Fica autorizada a gestão associada dos serviços públicos que constituem os objetivos previstos na cláusula quinta, bem como a delegação deles ao Consórcio.

§1º A prestação dos serviços previstos na cláusula quinta, poderá ser delegada mediante aprovação da maioria absoluta da Assembleia Geral e ser efetivada através de contrato de



III - Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§7º Os reajustes de tarifas e taxas de serviços públicos serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12(doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

TÍTULO V DO CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA 43ª. Ao Consórcio é permitido celebrar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou por meio de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual;

I - O disposto nesta cláusula permite que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos;

II - O Consórcio também poderá celebrar Contrato de Programa com Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração direta ou indireta dos entes consorciados;

§ 1º São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente legislação correspondente, as que estabeleceram:

I - O objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - O modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - O cálculo de tarifas, taxas e de outros preços públicos na conformidade da regulação dos serviços a serem prestados;

V - Procedimentos que garantam transparência de gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

VI - Possibilidade de emissão de documento de entrega e de exercício da utilidade de arrecadação de tarifas e preços públicos;

VII - Os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previstas necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e...



A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature appears to be 'J. Silva'.

consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VIII – Os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

IX – A forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a fiscalização dos órgãos competentes para exercê-las;

X – As penalidades e sua forma de aplicação;

XI – Os custos de extinção;

XII – Os bens reversíveis;

XIII – Os critérios para cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativos aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação de serviços;

XIV – A obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XV – A periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XVI – O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§2º No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I – Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da cidade que os transferiu;

II – As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III – O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV – A indicação de quem creará com o ônus e os proventos do pessoal transferido;

V – A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados aos contratados;

VI – O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação de serviços.

§3º Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigorar o Contrato de Programa.

A circular stamp with a signature written over it. The signature is in cursive and appears to be 'S. S. S.'. The stamp is partially obscured by the signature and another mark to its right.

§4º Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§5º Receitas futuras de prestação e serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operação de crédito ou fianças para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§6º A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou de escopo.

§7º O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - O titular se retirar do Consórcio ou da gestão unificada;

II - Extinção do Consórcio.

§8º Os contratos do programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação de regência.

§9º No caso de descumprimento de serviços públicos pelo Consórcio a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

TÍTULO VI DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I DA RETIRADA

CLÁUSULA 44ª. A retirada do membro do consórcio dependerá de ato formal do seu representante na Assembleia Geral, acompanhado de autorização legislativa emanada do respectivo Poder Legislativo Municipal.

CLÁUSULA 45ª. A retirada não prejudicará as obrigações constituídas entre o consórciado que se retira do Consórcio.

§1º Os bens destinados ao Consórcio pelo consórciado que se retira não serão revertidos ou reintegrados, excetadas as hipóteses de:

I - Decisão de 2/3 (dois terços) dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;

A circular stamp with a signature written over it, located in the bottom right corner of the page.

- II – Expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;
 - III – Reserva da lei de autorização ou ratificação que tenha sido regularmente aprovada pela Assembleia Geral.
- §2º Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira, e não revertidos ou retomados, como previsto no §1º, ficam automaticamente incorporados ao patrimônio do consórcio.

CAPÍTULO II DA EXCLUSÃO

CLÁUSULA 46ª. São hipóteses de exclusão do ente consorciado;

- I – A não inclusão pelo ente consorciado, em sua lei orgânica ou em créditos adicionais, de dotação suficiente para suportar as despesas assumidas por meio e contrato de ratão;
- II – A subscrição de protocolo de intenções ou contrato de consórcio para constituição de outro consórcio com finalidades iguais, semelhantes ou incompatíveis sem a prévia autorização da Assembleia Geral;

§1º A exclusão prevista no inciso I do caput so mente ocorrerá após prévia suspensão, pelo período de noventa dias, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§2º O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão, bem como de outras espécies de pena a serem aplicadas ao ente consorciado.

CLÁUSULA 47ª. O estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitando o direito à ampla defesa ao contraditório.

§1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral exigindo 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade dos membros do consórcio.

§2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, ou as disposições da Lei que vier a substituí-la.

§3º Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido a Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, interposto no prazo de 15 (quinze) dias contados do dia útil seguinte da publicação da decisão na imprensa oficial.





TÍTULO VII
DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO
PÚBLICO

CLÁUSULA 48ª. A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral por maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos Municípios consorciados, ratificado mediante lei dos respectivos Municípios.

§1º A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação dos bens, podendo ser dados a qualquer entidade pública de objetivos iguais ou semelhantes ao Consórcio ou, ainda, alienados onerosamente para efeito de um valor entre os consorciados na proporção também definida em Assembleia Geral.

§2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantindo o direito de regresso em face dos beneficiários ou dos que deram causa a obrigação.

§3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem e os servidores públicos serão remunerados com indenização proporcional aos anos de trabalho prestados, conforme definido no Estatuto do Consórcio.

§4º A alteração do protocolo de intenções será definida em Assembleia Geral, mediante aprovação de quórum qualificado de 2/3, condicionado a ratificação por lei municipal 1/3 (um terço) dos Municípios Consorciados.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 49ª. O Contrato será regido pelo disposto na Lei nº 1.107 de 06 de abril de 2005, pelo contrato de Consórcio Público originado pelas leis autorizativas, as quais se aplicam somente aos entes federativos que as emanaram e, por fim, pelos Estatutos.

CLÁUSULA 50ª. A interpretação do disposto neste instrumento deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I – Respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo eu o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

23


II – Solidariedade, em razão de qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a sua implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;

III – Elatividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio;

IV – Transparência, pelo que não poderá negar em o Poder Executivo ou legislativo de ente Federativo consorciado tenha acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V – Eficiência, que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e provia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade

CLÁUSULA 51ª. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas no Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA 52ª. A Assembleia Geral de instalação do Consórcio será convocada por 1/3 dos entes que tenham autorizados, mediante a lei, a participar do consórcio.

§1º A convocação dar-se-á por meio escrito dirigido a cada um dos prefeitos dos Municípios mencionados neste instrumento, expedida com antecedência mínima de quarenta e oito horas da data de realização da Assembleia.

§2º A Assembleia Geral de Instalação será presidida por Prefeita escolhida entre os presentes.

§3º A Assembleia será iniciada mediante verificação de poderes, que atenderá ao seguinte procedimento:

I - O Presidente da Assembleia aprovará por ordem alfabética cada um dos Municípios identificados na Cláusula Primeira deste Protocolo de Intenções.

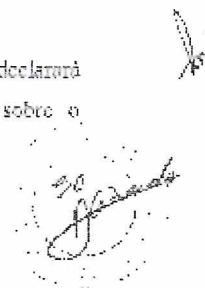
II - Confirmado que o representante do Município de encontra presente, será verificado se trata de prefeito municipal ou de representante legalmente habilitado.

III - Verificado isso, será indagado em alto e bom som ao representante se o Município subscreveu o Protocolo de Intenções e, ainda, se seu consorciamento foi autorizado por lei.

IV - Caso tenha havido a autorização mediante lei, deverá o representante do Município, por documento ou publicação oficial, comprová-la.

V - Verificado isso, o Presidente da Assembleia indagará se a autorização foi realizada de forma integral ou com reserva.

VI - Caso a autorização legislativa seja realizada de forma integral, o presidente declarará o Município como consorciado, caso tenha havido reserva, a decisão sobre o consorciamento será sobrestada para o final da verificação de poderes.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the number '30' at the top and some illegible text around the perimeter. The signature appears to be 'A. P. ...'.

VII Logo após ter se verificado o consórcio de L3 (um terço) dos Municípios, o Presidente da Assembleia declarará, havendo o número de Leis autorizativas previstas no presente protocolo de intenções: declarar como CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.

VIII – Encerra a verificação, o Presidente da Assembleia declarará os membros que compõem o Consórcio declarando os municípios representados por seus Prefeitos, devidamente autorizados, como com direito a voz e voto na mesma Assembleia.

IX – Após essa providência sendo analisadas as reservas pendentes, por ordem alfabética da nome do Município, cada reserva deverá ser analisada e debatida e, por votação única, a Assembleia deliberará, mediante metade mais um dos votos dos presentes, se com elas concordam ou não.

X – Concordando a Assembleia com reservas, será o Município declarado como consórcio podendo participar com voz e voto das deliberações posteriores.

§4º Caso conste da ordem do dia da convocação, uma vez realizada a verificação será apreciada proposta de estatuto, incluindo debates, apresentação de emendas e votações, no qual serão arcos ou emendas votadas em separado somente se houver requerimento de destaque subscrito por representantes com direito a voto de três municípios consorciados.

§5º O ente consorciado deverá ser representado em Assembleia pelo Prefeito Municipal ou por pessoa por pessoa por este ente formalmente designado, com poderes estabelecido por procuração ou por ato de delegação.

CLÁUSULA 53ª. O mandato do atual Presidente encerrar-se-á no dia 21 de junho de 2016.

CLÁUSULA 54ª. Para diminuir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, fica eleito o Foro da Câmara de Machado, Estado de Minas Gerais.

Curvelândia, 09 de maio de 2017.

Município de Paraguará
José Tibúrcio de Paiva Neto

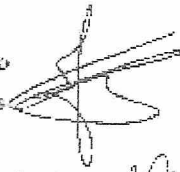
Município de Curvelândia
José Antônio de Carvalho

Município de Elói Mendes
William Cadornini



Município de Mambado

Julbert Ferri de Moraes



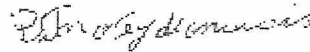
Município de São João da Mata

Derize Vilhena Borges Silva



Município de Silvianópolis

Vitor Nery de Moraes



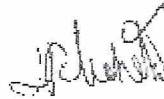
Município de Poco Fundo

Renato Ferreira de Oliveira



Município de Serrania

Luiz Gonzaga Ribeiro Neto



Município de Cordilândia

Marlene Monteiro de Oliveira



Município de Faixa

Osmair Leal dos Reis



Município de São Gonçalo do Sapucaí

Elói Radin Allierand

Município de Altavania

Heinrich de Souza Silva

Heinrich de Souza Silva

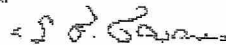
Município de Monsenhor Paulo

Letícia Aparecida Delato Martins



Município de Campanha

Luiz Fernando Tavares



EMPREGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO VINCULADOS A CONCURSO PÚBLICO

DENOMINAÇÃO	Nº VAGAS	RECRUTAMENTO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL ESCOLARIDADE	VENCIMENTO MENSAL
Auxiliar de Administração	01	Concurso	40 h	Médio	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERJU
Auxiliar de Serv. Gerais	01	Concurso	40 h	Fundamental	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERJU
Contador	01	Concurso	40 h	Superior em Contabilidade e inscrição no CRA	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERJU
Demais servidores	Quantidade prevista no Plano de Carreira do CIDERJU	Concurso	40 h	Conforme Plano de Carreira do CIDERJU	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERJU

CARGOS PÚBLICOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

DENOMINAÇÃO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO MENSAL	NÍVEL ESCOLARIDADE
Director Executivo	01	30 h	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERJU	Superior Completo
Advogado	01	30 h	Conforme Plano e Estatuto dos Servidores do CIDERJU	Superior Completo em Direito e inscrição na OAB

50
[Assinatura]

ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS SERVIDORES PÚBLICOS

SERVIDORES PÚBLICOS DE PROVIMENTO VINCULADOS À CONCURSO PÚBLICO

DE NOMINAÇÃO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Auxiliar de Administração	Nível: Ensino Médio Completo Conhecimento Básico de Informática	Executar serviços de apoio nas áreas de administração, estoque, compras, arrendimento e faturamento; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; preparar relatórios e planilhas; executar serviços gerais de escritórios; desempenhar as atividades correlatas vinculadas à descrição da ocupação.
Auxiliar de Serviços Gerais	Nível: Ensino fundamental Completo	Executar serviços de limpeza e manutenção das áreas internas e externas do comércio. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente; desempenhar as atividades correlatas vinculadas à descrição da ocupação.
Contador	Curso Superior em Contabilidade : inscrição no Conselho de Classe	Realizar atividades inerentes à contabilidade do comércio. Para tanto, regularizar a empresa, identificar documentos e informações, atender à fiscalização e proceder consultoria. Executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade de custo e efetuar contabilidade gerencial. Administrar o departamento pessoal e realizar controle patrimonial. Desempenhar as atividades correlatas vinculadas à descrição da ocupação.

34


SERVIDOR EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

DNOMINAÇÃO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
DIRETOR EXECUTIVO	Curso Superior	Assessorar os executivos no desempenho de suas funções gerais: fornecer informações, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos. Coordenar e controlar equipes e atividades; controlar documentos e correspondências; desempenhar as atribuições constantes do Contrato de Consórcio e do Estatuto, inclusive aquelas delegadas pelo Presidente; exercer a presença dos serviços administrativos, das operações financeiras e dos riscos da instituição, cuidar da administração dos recursos humanos, materiais e de serviços de sua área de competência. Planejar, dirigir e controlar recursos e as atividades da organização, com o objetivo de minimizar o impacto financeiro da materialização dos riscos, ordenar despesas por delegação do presidente.
ADVOGADO	Curso superior completo em Direito e regular inscrição na OAB	Defesa judicial e administrativa do Consórcio, promover exceções, emitir pareceres sobre os assuntos que lhes são consultados, comunicar ilegalidades de que tenha conhecimento de ofício ao Presidente e ao Diretor Executivo, atuar nas licitações de interesse do Consórcio, atendimento presencial nos horários de trabalho e outras atribuições previstas no Estatuto ou Planos.

Cartório de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica

CNPJ 08.405.897/0001-07
 Rua Prudentino, Mercado Bomfim nº 15 - Centro
 Caixa Postal 20225 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

NO 2000 CNPJ 08.405.897/0001-07
 MESSIAS DA SILVA
 CPF 01.111.111-11

TELEFONES	(31) 3241-1111	(31) 3241-1111	(31) 3241-1111	(31) 3241-1111
	(31) 3241-1111	(31) 3241-1111	(31) 3241-1111	(31) 3241-1111

Proter Jurídico - TJPR - Rua Getúlio Vargas nº 1000
 31000-000 Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
 Caixa Postal 20225 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
 Telefone nº (31) 3241-1111 - Fax nº (31) 3241-1111
 Consulte o site: www.proter.com.br

95